**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO -- ATOS DA 1ª CÂMARA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - ATOS DA 1ª CÂMARA**

PROCESSO TC Nº 10507/09 – AC1-TC Nº 2310/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- 1) **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato de aposentadoria.
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 10514/09 – AC1-TC Nº 2311/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- 1) **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato de aposentadoria.
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 10515/09 – AC1-TC Nº 2312/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- 1) **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato de aposentadoria.
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 03326/06 – AC1-TC Nº 2313/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Projeto Cooperar. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade da proposta de decisão do relator a seguir, em:

- 1) Por unanimidade, **JULGAR IRREGULARES** as referidas contas.

2) Por maioria, vencida a divergência do Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, IMPUTAR ao Presidente da Associação Comunitária Indígena Cacique Domingos Barbosa dos Santos, Sr. Ronaldo Barbosa da Silva, débito na soma de R\$ 4.931,93 (quatro mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e três centavos), concernente ao pagamento por serviços não executados.

3) Por unanimidade, FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário do montante imputado aos cofres públicos do Estado da Paraíba, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, zelar pelo adimplemento da decisão, sob pena de responsabilidade e intervenção do Ministério Público Estadual, no caso de inércia, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.

4) Por unanimidade, APLICAR MULTA ao Presidente da Associação Comunitária Indígena Cacique Domingos Barbosa dos Santos, Sr. Ronaldo Barbosa da Silva, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com base no que dispõe o art. 56, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual n.º 18/93 – LOTCE/PB.

5) Por unanimidade, ASSINAR o lapso temporal de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea “a”, da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, cabendo também à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo inteiro cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.

6) Por unanimidade, DETERMINAR ao atual Coordenador Geral do Projeto Cooperar, Dr. Plácido Rodrigues Montenegro Pires, que se abstenha de transferir o dever constitucional e legal de licitar por meio de cláusulas inseridas nos convênios firmados.

7) Por unanimidade, com fulcro no art. 71, inciso XI, c/c o art. 75, caput, da Constituição Federal, COMUNICAR ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba – CREA/PB acerca da divergência detectada entre o valor da obra constante na ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART e o montante consignado no TERMO DE CONTRATO, para adoção das medidas cabíveis.

8) Por unanimidade, também com base no art. 71, inciso XI, c/c o art. 75, cabeça, da Carta Magna, REMETER cópia das peças técnicas, fls. 56/61, 78/85 e 145/146, dos pareceres do Ministério Público Especial, fls. 62/76 e 148/151, bem como desta decisão à augusta Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para as providências pertinentes.

PROCESSO TC Nº 01024/08 – AC1-TC Nº 2314/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Princesa Isabel.
DECISÃO: ACORDAM à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em:

- I. Irregularidade do procedimento licitatório e dos contratos dele originários, à vista do que dispõe a CF, a Lei das Licitações e contratos, a Resolução 82/98 do CONTRAN e a RN-TC-04/06 desta corte;
- II. Aplicação da multa no valor de R\$ 2.805,10 (dois mil oitocentos e cinco reais e dez centavos), ao Sr. Thiago Pereira de Sousa, atual Prefeito Municipal de Princesa Isabel, com fulcro no art. 56, II, por infração à norma legal da LOTCE-PB assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal –

mediante a quitação de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DAE) com código “4007” – Multas do Tribunal de Contas do Estado -, sob pena de cobrança executiva, desde logo recomendada, inclusive com interferência do Ministério Público, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 71 da Constituição do Estado;

- III. Recomendação à Administração Municipal de Princesa Isabel, no sentido de que sejam observadas as normas estabelecidas na RN-TC-04/06 desta corte, quando da contratação de serviços de transporte de estudantes;
- IV. Representação ao Ministério Público Estadual para apuração de possíveis atentados a Leis de Licitação puníveis penalmente.

PROCESSO TC Nº 08439/08 – AC1-TC Nº 2315/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado da Saúde. **DECISÃO:** ACORDAM, à unanimidade, os MEMBROS DA 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em considerar REGULARES o procedimento Licitatório e o contrato supra caracterizados, determinando-se o arquivamento do processo.

PROCESSO TC Nº 01107/05 – AC1-TC Nº 2316/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa. **DECISÃO:** ACORDAM, à unanimidade, os Membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1ª C/TCE/PB), na sessão realizada nesta data, em:
a) Declarar o não cumprimento da Resolução RC1-TC-007/2009 por parte do Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa, Srº Evaldo Costa Gomes, posto que não foram retificados os cálculos proventuais da aposentadoria da Srª Francisca Barreto da Silva e não houve comprovação perante esta Corte de Contas;

b) Aplicar multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ao Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa, Srº Evaldo Costa Gomes, com fulcro no art. 56, inciso VIII, da LOTCE-PB, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal – mediante a quitação de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DAE) com código “4007” - Multas do Tribunal de Contas do Estado – sob pena de cobrança executiva, desde logo recomendada, inclusive com interferência do Ministério Público, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 71 da Constituição do Estado;

c) Assinar novo prazo peremptório de 60 (sessenta) dias para que o atual Prefeito Municipal de Barra de Santa Rosa restaure a legalidade retificando os cálculos proventuais da aposentadoria da Srª Francisca Barreto da Silva, conforme detalhamento feito pela Auditoria às fls. 118/119 dos autos, sob pena de denegação de registro, aplicação de nova multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 05170/09 – AC1-TC Nº 2317/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e a legalidade do ato de aposentadoria, à fl. 40, da Srª Maria Valda de Oliveira, Professora, da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, concedendo-lhe o competente registro.

PROCESSO TC Nº 09336/09 – AC1-TC Nº 2318/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1ªC/TCE/Pb), na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria do Srº Antônio Verecundo Pequeno, matrícula nº 15.684-1, cargo de Administrador, da Secretaria da Administração do Município de João Pessoa, à fl. 23.

PROCESSO TC Nº 09426/09 – AC1-TC Nº 2319/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato da pensão vitalícia em nome de Iracema Nascimento de Souza, à fl. 49, concedendo-lhe o competente registro.

PROCESSO TC Nº 10524/09 – AC1-TC Nº 2320/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1ªC/TCE/Pb), na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria do Srº Josué Raulino Bronzeado, matrícula nº 18.127-7, cargo de Agente Administrativo, da Secretaria da Educação e Cultura do Município de João Pessoa, à fl. 57.

PROCESSO TC Nº 07333/05 – AC1-TC Nº 2321/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) JULGAR REGULAR a presente prestação de contas;**
- 2) RECOMENDAR à Secretaria de Planejamento do Estado bem como à Prefeitura Municipal de Picuí para que confirmem maior atenção aos prazos estipulados nos próximos acordos que celebrarem, no sentido de zelarem pela estrita observância das normas relativas aos convênios;**

PROCESSO TC Nº 04556/06 – AC1-TC Nº 2322/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria Estadual do Planejamento e Gestão. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) **JULGAR REGULAR**, com ressalvas, a presente prestação de contas;
- 2) **RECOMENDAR** à Secretaria de Planejamento do Estado bem como à Prefeitura Municipal de Mamanguape para que confirmem maior atenção aos prazos estipulados nos próximos acordos que celebrarem, no sentido de zelarem pela estrita observância das normas relativas aos convênios;
- 3) **DETERMINAR** o desentranhamento dos documentos referentes à Tomada de Preços 007/06 (fls. 115/220), para que seja formalizado processo específico.

PROCESSO TC Nº 08081/08 – AC1-TC Nº 2323/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Rio Tinto. **DECISÃO:** Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) **JULGAR REGULAR** o presente processo de licitação.
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 05837/09 – AC1-TC Nº 2324/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. **DECISÃO:** Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem foram considerados corretos.

PROCESSO TC Nº 10455/09 – AC1-TC Nº 2325/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. **DECISÃO:** Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato

formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem foram considerados corretos.

PROCESSO TC Nº 10498/09 – AC1-TC Nº 2326/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem foram considerados corretos.

PROCESSO TC Nº 10512/09 – AC1-TC Nº 2327/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem foram considerados corretos.

PROCESSO TC Nº 06876/06 – AC1-TC Nº 2328/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Cabedelo. DECISÃO: Acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

1) **APLICAR** ao Sr. José Francisco Régis, Prefeito Municipal de Cabedelo, multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme preceitua o art. 56, IV, da Lei Complementar Estadual nº 18/93; concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias

para recolhimento voluntário ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º da Resolução RN TC nº 04/2001, sob pena de cobrança executiva a ser ajuizada até o trigésimo dia após o vencimento daquele prazo, na forma da Constituição Estadual;

2) ASSINAR, mais uma vez, o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Prefeito Municipal de Cabedelo, Sr. José Francisco Régis, proceda ao restabelecimento da legalidade, enviando a este Tribunal a documentação comprobatória respectiva, sob pena de aplicação de nova multa, desta feita sob \ égide do art. 56, inciso VIII, da Lei Complementar nº 18/93.

PROCESSO TC Nº 05834/08 – AC1-TC Nº 2329/09 – ORGÃO DE ORIGEM: CEHAP. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os MEMBROS da PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em julgar REGULARES o procedimento licitatório em epígrafe, seguido do contrato inaugural e do 1º, 2º e 3º Termos Aditivos dele decorrentes, determinando-se o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 08737/08 – AC1-TC Nº 2330/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Mari. DECISÃO: ACORDAM, os MEMBROS da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em julgar REGULAR o procedimento de tomada de preços em epígrafe, bem como do contrato dele decorrente, determinando-se o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 08888/08 – AC1-TC Nº 2331/09 – ORGÃO DE ORIGEM: CEHAP. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os MEMBROS da PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em julgar REGULARES o procedimento licitatório em epígrafe, seguido do contrato inaugural e do 1º, 2º e 3º

Termos Aditivos dele decorrentes, determinando-se o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 00848/09 – AC1-TC Nº 2332/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz. **DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os MEMBROS da PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em julgar REGULARES o procedimento licitatório em epígrafe, seguido do contrao inaugural dele decorrente, determinando-se o arquivamento dos autos.**

PROCESSO TC Nº 01009/09 – AC1-TC Nº 2333/09 – ORGÃO DE ORIGEM: CEHAP. **DECISÃO: ACORDAM, os MEMBROS da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em julgar REGULARES a Concorrência nº 05/2008, em epígrafe, bem como do Contrao nº 16/2009 acima citado e do primeiro Termo Aditivo dele correspondente, determinando-se o arquivamento dos autos.**

PROCESSO TC Nº 09418/09 – AC1-TC Nº 2334/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. **DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.**

PROCESSO TC Nº 10159/09 – AC1-TC Nº 2335/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. **DECISÃO: ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos,**

elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

PROCESSO TC Nº 10236/09 – AC1-TC Nº 2336/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

PROCESSO TC Nº 10508/09 – AC1-TC Nº 2337/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

PROCESSO TC Nº 05709/07 – AC1-TC Nº 2338/09 – ORGÃO DE ORIGEM: DER-PB. DECISÃO: ACORDAM os MEMBROS da 1ª. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, de acordo com a Proposta de Decisão do Relator, na sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULARES as prestações de contas dos adiantamentos supra caracterizados, determinando-se a expedição da necessária provisão de quitação em favor dos responsáveis.

PROCESSO TC Nº 07153/07 – AC1-TC Nº 2339/09 – ORGÃO DE ORIGEM: DER-PB. DECISÃO: ACORDAM os MEMBROS da 1ª. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, de acordo com a Proposta de Decisão do Relator, na sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULARES as prestações de contas dos

adiantamentos supra caracterizados, determinando-se a expedição da necessária provisão de quitação em favor dos responsáveis.

PROCESSO TC Nº 05368/08 – AC1-TC Nº 2340/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Guarabira. **DECISÃO:** ACORDAM os Membros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), à unanimidade de votos, de acordo com a Proposta de Decisão do Auditor Relator, na Sessão realizada nesta data, em:

1. RECONHECER a ilegalidade da acumulação de cargo do servidor JOSÉ RONALDO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor na Prefeitura Municipal de ARAÇAGI, concomitante com cargos de igual denominação no Estado da Paraíba e na Prefeitura Municipal de GUARABIRA;

2. ASSINAR o prazo de 60 (sessenta) dias ao Prefeito Municipal de ARAÇAGI, Senhor ONILDO CÂMARA FILHO, com vistas a que restabeleça a legalidade do referido servidor, inclusive com a instauração do devido processo legal, sob pena de multa e outras cominações legais aplicáveis à espécie, devendo de tudo fazer prova junto ao Tribunal.

PROCESSO TC Nº 03991/09 – AC1-TC Nº 2341/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Guarabira. **DECISÃO:** ACORDAM os INTEGRANTES da PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), na sessão desta data, à unanimidade de votos, de acordo com a Proposta de Decisão do Relator, em JULGAR REGULARES as obras em epígrafe, determinando-se o arquivamento destes autos.

PROCESSO TC Nº 09505/09 – AC1-TC Nº 2342/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Câmara Municipal de Manaíra. **DECISÃO:** ACORDAM os Membros do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), à unanimidade de votos, de acordo com a Proposta de Decisão do Auditor Relator, na Sessão realizada nesta data, em RECOMENDAR ao Gestor,

no sentido de que restaure a legalidade da sua gestão de pessoal, nos termos apontados pela Auditoria (fls. 51), atendendo com esmero aos ditames da Constituição Federal (art. 7º, inciso XVII c/c art. 39, parágrafo 3º da CF).

PROCESSO TC Nº 10503/09 – AC1-TC Nº 2343/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1a. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1a.C/TCE-Pb), na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria supra caracterizada.

PROCESSO TC Nº 10509/09 – AC1-TC Nº 2344/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1a. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1a.C/TCE-Pb), na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria supra caracterizada.

PROCESSO TC Nº 10523/09 – AC1-TC Nº 2345/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1a. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (1a.C/TCE-Pb), na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria supra caracterizado.

PROCESSO TC Nº 01467/08 – AC1-TC Nº 2346/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. DECISÃO: Acordam os MEMBROS DA 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em:

1. Julgar improcedente a Denúncia promovida pelo Sr. Gentil Venâncio Palmeira de Oliveira acerca de supostas irregularidades ocorridas no Pregão n.º 0129/2007, promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.

2. Determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO TC Nº 01394/08 – AC1-TC Nº 2347/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo.

DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade de votos, nesta sessão de julgamento, em:

i. **JULGAR** irregulares o Pregão Presencial nº 06/07 e o Contrato nº 77/07;

ii. **APLICAR** multa pessoal, no valor de R\$ R\$ 2.805,10 (dois mil, oitocentos e cinco reais e dez centavos), à Prefeita Municipal de Pedras de Fogo, Sra. Maria Clarice Ribeiro Borba, com base no art. 56, inciso II da Lei Orgânica do TCE/PB, a qual deve ser recolhida aos cofres estaduais, à conta do Fundo de Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação do presente ato no DOE, sob pena de cobrança executiva desde logo recomendada, nos termos do art. 71, § 4º da Constituição do Estado da Paraíba;

iii- **RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, no sentido de zelar pela escrita observância das normas consubstanciadas na Lei de Licitações e Contratos e na Lei. nº 10.520/02, bem como dos princípios basilares da Administração Pública, e da Proteção ao Meio Ambiente, evitando a repetição das falhas verificadas nesse procedimento; e

iv- **ASSINAR** prazo de 90 (noventa) dias à Prefeita Municipal de Pedras de Fogo, Sra. Maria Clarice Ribeiro Borba, para que proceda a extinção do contrato em epígrafe, caso ainda vigente, em face das irregularidades nestes autos constatadas, fazendo prova respectiva junto a esta Eg. Corte de Contas, sob pena de multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 06034/01 – AC1-TC Nº 2348/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Nazarezinho. DECISÃO: ACORDAM, à unanimidade de seus membros, em sessão realizada nesta data, em:

I- Declarar o cumprimento parcial do Acórdão AC2-TC-1.530/07;

II- Assinar prazo de 90 (noventa) dias ao atual Prefeito do Município de Nazarezinho, Sr. Francsico Assis Braga Junior, para restabelecer a legalidade na gestão de pessoal do município, com envio a esta Tribunal da comprovação das medidas adotadas, no tocante à regularização dos seguintes itens: a) existência de cargos não previstos em lei; b) pagamento de gratificação a servidores, sem previsão legal; c) não envio de processos de aposentadoria e pensão para apreciação do Tribunal; d) não pagamento do 13º salário aos servidores (exercício de 1999); e) parcelamentos referentes ao recolhimento de previdência; f) pagamento de serviços de limpeza pública a garis, de forma continuada, como diarista; e g)- diversas irregularidades nas contratações por excepcional interesse público, conforme relatório da auditoria, fls. 830/832, sob pena de multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 06687/06 – AC1-TC Nº 2349/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de João Pessoa. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade de votos, na sessão realizada nesta data, em:

1) JULGAR REGULARES COM RESSALVAS as prestações de contas de adiantamentos arroladas nos presentes autos;
2) RECOMENDAR à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção, à Procuradoria Geral do Município e aos responsáveis pelos adiantamentos, no sentido de observar as normas pertinentes para não reincidirem nas falhas apontadas, conforme relatório da auditoria de fls. 93/97, sob pena de multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 02894/07 – AC1-TC Nº 2350/09 – ORGÃO DE ORIGEM: STTRANS. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1) JULGAR IRREGULAR o termo aditivo ao contrato em análise;

2) RECOMENDAR à Superintendência de Transporte e Trânsito do Município de João Pessoa para passar a entregar os autos de infração e outros documentos por via da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do parecer do Ministério Público Especial, fls. 138/140;

PROCESSO TC Nº 06780/06 – AC1-TC Nº 2351/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Natuba. **DECISÃO:** **ACORDAM** os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1)-JULGAR IRREGULARES os 16 atos de admissão dos servidores contratados por excepcional interesse público discriminados no caderno processual, fls. 76;

2)-APLICAR MULTA pessoal ao Sr. Josevaldo Alves da Silva, Prefeito Municipal de Natuba, no valor de R\$ 2.805,10, pelas irregularidades aqui comentadas, com base no art. 56; incisos II e III, da LOTC-PB, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar o recolhimento do referido montante ao erário estadual, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, com envio dessa informação aos autos das respectivas prestações de contas, acaso ainda não julgadas pelo Tribunal Pleno;

3)-RECOMENDAR à atual Administração Municipal a realização de concurso público para prover as vagas de profissionais da área da saúde, especialmente de médicos, odontólogos, bioquímicos, auxiliares de enfermagem e enfermeiros, dotando, se for o caso, o quadro de pessoal do Município de ditas funções e cargos; e

4)-REMETER CÓPIA pertinente dos autos ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República na Paraíba), à Receita Previdenciária/DELEPREV, para averiguação das questões previdenciárias atinentes a 8 dos 16 contratos, ao Ministério Público Comum, neste último caso, dentre outros aspectos, para fins de apuração de indícios de possível

cometimento de atos de improbidade administrativa pelo Prefeito de Natuba;

5)- REMETER CÓPIA desta decisão ao Exmo. Procurador Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho – 13.^a Região.

PROCESSO TC Nº 06679/01 – AC1-TC Nº 2352/09 – ORGÃO

DE ORIGEM: DER-PB. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1^a CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em tomar conhecimento da peça recursal e, no mérito, pelo provimento parcial, reduzindo-se o valor da multa aplicada através do Acórdão AC1 TC 699/09, para R\$ 1.500,00, mantidos os demais termos da decisão vergastada.

PROCESSO TC Nº 05556/08 – AC1-TC Nº 2353/09 – ORGÃO

DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1^a CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1) CONSIDERAR ACEITÁVEIS as despesas realizadas na execução de obras públicas pela Prefeitura Municipal de Riachão do Poço, durante o exercício financeiro de 2007, exceto aquela relativa à construção do campo de futebol;

2) IMPUTAR DÉBITO à Prefeitura Municipal de Riachão do Poço, Sra. Maria Auxiliadora Dias do Rego, no valor de R\$ 1.374,77, referente ao excesso de custos em obras, conforme apurado pela Auditoria;

3) APLICAR MULTA PESSOAL no valor de R\$ 1.500,00 à Gestora Municipal responsável, Sra Maria Auxiliadora Dias do Rego, com fulcro no art. 56, inciso II, da LOTCE-PB;

4) CONCEDER o prazo de 60 (sessenta) dias à citada prefeita, a contar da publicação do presente Acórdão, para recolhimento voluntário do débito imputado aos cofres da Prefeitura Municipal e da multa ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de intervenção do Ministério Público, nos termos do artigo 71 § 4º, da Constituição Estadual;

5) RECOMENDAR à Administração municipal de Riachão do Poço, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, sobretudo, no que tange aos princípios norteadores da Administração Pública, ressaltando-se aqui o da estrita legalidade; e

6) REPRESENTAR à Secretaria do TCU no Estado da Paraíba acerca das irregularidades nestes autos veiculadas, para fins de conhecimento e subsídio ao exame da prestação de contas dos convênios celebrados entre o Município de Riachão do Poço e o Governo Federal, tendo em vista a origem federal da maior parte dos recursos envolvidos.

PROCESSO TC Nº 02571/08 – AC1-TC Nº 2354/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Bayeux. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1- TOMAR conhecimento da denúncia, uma vez preenchidos os requisitos regimentais de admissibilidade;

2- JULGÁ-LA procedente;

3- ASSINAR o prazo de 90 (noventa) dias ao Prefeito Municipal de Bayeux, Sr. Josival Júnior de Souza, para que regularize as situações pendentes na gestão de pessoal, com a conseqüente resilição dos contratos temporários para a prestação de serviço de videofonista, sob pena de aplicação de multa e outras cominações legais; e

4- EXPEDIR cópia do decisum ao denunciante e ao denunciado.

PROCESSO TC Nº 02811/09 – AC1-TC Nº 2355/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Bayeux. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1- TOMAR CONHECIMENTO DA DENÚNCIA, uma vez preenchidos os requisitos regimentais de admissibilidade;

2- JULGÁ-LA procedente;

3- ASSINAR o prazo de 120 (cento e vinte) dias ao atual Prefeito do Município de Bayeux, Sr. Josival Junior de

Sousa, para que adote as providências cabíveis para a correção do quadro de pessoal do município, com a retirada dos vigilantes aprovados no Concurso Público de 1997 do quadro efetivo da Guarda Civil Municipal da edilidade, haja vista a flagrante inconstitucionalidade, sob pena de aplicação de multa e outras cominações legais;

4- REMETER os autos à Procuradoria Geral de Justiça do Estado para providências cabíveis quanto ao ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei municipal; e

5- EXPEDIR cópia do decisum aos denunciantes e ao denunciado.

PROCESSO TC Nº 06883/05 – AC1-TC Nº 2356/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Finanças do Município de João Pessoa. **DECISÃO:** ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1) JULGAR IRREGULARES as prestações de contas de adiantamentos de nº 21.670/21.667, objeto do presente processo, sob a responsabilidade do Sr. Marcílio Pedro Siqueira Ferreira e da Sra. Maria Eudes Santos da Silva, respectivamente;

2) IMPUTAR o débito, no valor de R\$ 10.000,00, ao Sr. Marcílio Pedro Siqueira Ferreira, referente a despesas não comprovadas e relevada a quantia não devolvida pela Sr. Maria Eudes Santos da Silva, dado seu baixo valor;

3) JULGAR REGULARES COM RESSALVAS as prestações de contas dos demais adiantamentos concedidos no presente processo, com recomendação aos responsáveis no sentido de observarem as normas pertinentes para não reincidirem nas falhas apontadas, sob pena de multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 05390/07 – AC1-TC Nº 2357/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas. **DECISÃO:** ACORDAM os membros integrantes

da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1) **JULGAR IRREGULARES** os atos de admissão dos servidores contratados por excepcional interesse público discriminados no caderno processual;

2) **RECOMENDAR** ao atual Prefeito do Município de São José de Espinharas, Sr. Ricardo Wanderley Nóbrega, no sentido de guardar observância estrita aos preceitos constitucionais do concurso público em futuras admissões desta natureza.

PROCESSO TC Nº 01107/06 – AC1-TC Nº 2358/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Sapé. **DECISÃO:** ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em **NÃO CONCEDER** o parcelamento requerido pelo Sr. José Feliciano Filho, em virtude da flagrante intempestividade do pedido, bem como da falta de comprovação da sua incapacidade econômico-financeira para saldar a multa que lhe foi imputada em um único pagamento; com encaminhamento dos autos à Corregedoria do TCE para acompanhamento a seu cargo.

PROCESSO TC Nº 06826/06 – AC1-TC Nº 2359/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Pilar. **DECISÃO:** ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1. **DECLARAR** o não cumprimento da Resolução RC1 TC – 56/2009;

2. **APLICAR** multa pessoal ao Senhor José Benício de Araújo Filho, ex-Prefeito Municipal de Pilar, no valor de R\$ 2.805,10 (dois mil e oitocentos e cinco reais e dez centavos), em virtude de não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à decisão deste Tribunal, com base nos incisos II, IV, VII e VIII do artigo 56 da LOTC/PB, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar o recolhimento em

favor do erário estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal;

3. **APLICAR** multa pessoal à Senhora Virgínia Maria Peixoto Velloso Borges, atual Prefeita Constitucional de Pilar, com base no inciso VIII do artigo 56 da LOTC/PB, no valor de R\$ 2.805,10 (dois mil e oitocentos e cinco reais e dez centavos), concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para efetuar o recolhimento em favor do erário estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal; e

4. **ASSINAR** novo prazo de 60 (sessenta) dias à citada Prefeita, para que regularize as situações pendentes na gestão de pessoal, conforme relatório da Auditoria de fls. 149/151, sob pena de nova multa e outras cominações legais.

PROCESSO TC Nº 07163/09 – AC1-TC Nº 2360/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Bayeux. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1. **CONSIDERAR REGULARES** as despesas realizadas na execução de obras públicas pela Prefeitura Municipal de Bayeux, durante o exercício financeiro de 2008;

2. **RECOMENDAR** à atual administração municipal de Bayeux, no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, sobretudo, no que tange aos princípios norteadores da Administração Pública, ressaltando-se aqui o da estrita legalidade; e

3. **REPRESENTAR** aos Ministérios Federais convenientes, ao Congresso Nacional e à Câmara Municipal de Bayeux, no que diz respeito às obras que se encontram paralisadas, ou em andamento com atraso, conforme relatório da auditoria de fls. 1163/1165, tendo em vista o disposto no art. 45 da LC 101/00.

PROCESSO TC Nº 05333/09 – AC1-TC Nº 2361/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data,

em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 09435/09 – AC1-TC Nº 2362/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10450/09 – AC1-TC Nº 2363/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10404/09 – AC1-TC Nº 2364/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10452/09 – AC1-TC Nº 2365/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 09402/09 – AC1-TC Nº 2366/09 – ORGÃO DE ORIGEM: IPM – JOÃO PESSOA. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10241/09 – AC1-TC Nº 2367/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM os membros da

1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10225/09 – AC1-TC Nº 2368/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 07445/07 – AC1-TC Nº 2369/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Infraestrutura do Município de João Pessoa. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULAR os Termos Aditivos acima mencionados, ordenando, assim, o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10192/09 – AC1-TC Nº 2370/09 – ORGÃO DE ORIGEM: PBPREV. DECISÃO: ACORDAM os membros da 1ª CÂMARA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR LEGAL o ato aposentatório supra resumido, concedendo-lhe o competente registro, ordenando, assim, o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 01199/09 – AC1-TC Nº 2371/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Bayeux. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULARES a licitação mencionada e o contrato dela decorrente, ordenando o arquivamento do processo.

PROCESSO TC Nº 07577/08 – AC1-TC Nº 2372/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município de João Pessoa. DECISÃO: ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data,

em JULGAR REGULAR o termo aditivo acima mencionado, ordenando, assim, o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 10313/09 – AC1-TC Nº 2373/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu. **DECISÃO:** ACORDAM os membros da 1ª Câmara Deliberativa do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, à unanimidade, em sessão plenária realizada nesta data, em:

1. TOMAR CONHECIMENTO DA DENÚNCIA, uma vez que foram preenchidos os requisitos regimentais de admissibilidade e, no mérito, julgá-la improcedente;
2. JULGAR REGULARES a Tomada de Preços nº 02/06 e o contrato decorrente;
3. EXPEDIR CÓPIAS do decisum ao denunciante e ao denunciado.

PROCESSO TC Nº 07596/08 – AC1-TC Nº 2374/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria da Educação e Cultura do Município de João Pessoa. **DECISÃO:** ACORDAM os membros integrantes da 1ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULAR o termo aditivo acima mencionado, ordenando, assim, o arquivamento do presente processo.

PROCESSO TC Nº 03505/07 – AC1-TC Nº 2375/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa. **DECISÃO:** ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULAR a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2003, da Secretaria de Planejamento do Município de João Pessoa, sob a responsabilidade do então gestor, Srº José William Montenegro Leal.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sala das sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, 10 de dezembro de 2009.

EXTRATOS DE RESOLUÇÕES

PROCESSO TC Nº 07710/09 - RC1-TC Nº 128/09 – ORGÃO DE ORIGEM: Prefeitura Municipal de Santa Rita. DECISÃO: Os INTEGRANTES da PRIMEIRA CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), à unanimidade de votos, na sessão desta data, de acordo com a Proposta de Decisão do Relator, resolveram ASSINAR o prazo de 60 (sessenta) dias ao Prefeito Municipal de SANTA RITA, Senhor MARCUS ODILON RIBEIRO COUTINHO, com vistas a que atenda às solicitações requeridas pela Auditoria no seu relatório de fls. 669/675, sob pena de multa e outras cominações aplicáveis à espécie.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Sala das sessões do TCE-PB – Plenário Ministro João Agripino. João Pessoa, João Pessoa, 10 de dezembro de 2009. Márcia de Fátima Melo Costa. Secretária da 1ª Câmara. João Pessoa, 14 de Janeiro de 2010.

PUBLICAR POR (UM) DIA